



Instituto Universitário de Lisboa

Departamento de ciência Política e Políticas Públicas

A Implementação do Programa de Empreendedorismo no Currículo do Ensino
Secundário em Angola (2009 - 2014) «Caso da Província da Huíla»

Marcelino Tchissingui Ekungu

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Políticas Públicas

Orientador: Professor Doutor. Valter Victorino Lemos

Instituto Politécnico de Castelo Branco

Outubro/2016



Instituto Universitário de Lisboa

Departamento de ciência Política e Políticas Públicas

A Implementação do Programa de Empreendedorismo no Currículo do Ensino
Secundário em Angola (2009 - 2014) «Caso da Província da Huíla»

Marcelino Tchissingui Ekungu

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Políticas Públicas

Orientador: Professor Doutor. Valter Victorino Lemos

Instituto Politécnico de Castelo Branco

Outubro/2016

Outubro
2016

A Implementação do Programa de Empreendedorismo no currículo do
Ensino Secundário em Angola- 2009 á 2014 «caso da Província da
Huíla»


Instituto Universitário de Lisboa

Outubro/2016

A Implementação do Programa de Empreendedorismo no 
currículo do Ensino Secundário em Angola- 2009 á 2014
«caso da Província da Huíla» Marcelino Tchissingui
Ekungu

Agradecimentos

A Deus autor da vida e fonte das minhas energias, que nos momentos mais cruciais desta caminhada tem sido o meu amparo e meu consolador.

Ao meu orientador, Professor Doutor. Valter Victorino Lemos, pela sua prontidão, disponibilidade, ajuda e acompanhamento que foram essenciais no decorrer de todas as etapas da minha dissertação.

Aos meus pais Lucas Ekungo e Ana Cambotia, que por intermédio deles vim ao mundo, em que neste caminho penoso tudo fizeram para que, este sonho se tornasse realidade.

Aos meus irmãos, Herculano Ekungu, Juliana, Violeta, Neusa e Milton, que apoiaram-me, dando carinho e muita força.

À minha Amada, Balbina Soma e aos meus queridos filhos, que mais ressentiram, a minha ausência, por não terem o carinho do Pai por perto.

Aos meus amigos, dos quais não irei mencionar os nomes para não parecer ingrato pelo apoio e carinho. Especialmente, Damiano Padre, pelo apoio e companheirismo durante esta jornada.

A toda minha família pelo apoio e compreensão.

A todos que directa e indirectamente colocaram um “pedaço” de pedra” para a edificação deste triunfo académico.

A todos o meu muito Obrigado.

RESUMO

A presente pesquisa lança um olhar avaliativo sobre as Políticas públicas de Educação, evidenciadas no Programa de Empreendedorismo Implementado no Ensino Secundário em Angola, especificamente na Província da Huila. O mesmo é considerado pelo Governo de Angola, como uma medida estratégica para a promoção de uma cultura empreendedora, a incutir nos jovens desde o ensino escolar, bem como, um programa de integração socioeconómico, tendo em conta que, há todo um processo pedagógico envolvido para o desenvolvimento de uma Cultura Empreendedora.

Em função do exposto traçou-se como Objectivo Geral: avaliar a implementação do Programa de Empreendedorismo no Currículo do Ensino Secundário em Angola, (2009-2014), neste caso na Província da Huíla, com os seguintes Objectivos Específicos: identificar o grau de Implementação do Programa de Empreendedorismo no Currículo do Ensino Secundário em Angola, (2009-2014) e descrever os factores condicionantes da implementação do mesmo.

Para atingirmos os objectivos fomos motivados a optar pelo método avaliativo, com recurso às técnicas documentais e de entrevista, levando-nos a obtenção dos resultados que nos permitiu concluir que, existe ainda uma grande distância entre o desejado e o concretizado, situação confirmada não só pelas entrevistas aos responsáveis pela sua implementação, como pelas, entrevistas realizadas aos alunos, mas também, pelo inventário que se realizou, segundo o qual, das 163 escolas do Iº e IIº ciclos existentes na Província, apenas 16 foram contempladas, correspondendo 9,8%.

Palavras -Chave: Avaliação, Implementação, Empreendedorismo no Ensino, Currículo

Abstract

This research takes an evaluative look on Public Policy Education focused on Entrepreneurship Program implemented in Secondary School in Angola, especially in the Huila Province. This Program is considered by the Government of Angola, a strategic measure to promote an entrepreneurial culture, to instil in young people throughout School Education, as well as a program of socio economic integration, considering there is a whole educational process involved in the development of an Entrepreneurial Culture.

In light of the above a General Objective was drawn: To evaluate the implementation of the Entrepreneurship Program in the Curriculum of Secondary Education in Angola, (2009-2014), in this case in the Huila Province. In order to achieve these objectives we were encouraged to choose the evaluative method, using documentary techniques and interview, leading us to obtain the results which allowed us to conclude that : it still exists a great distance between the desired and the accomplished, situation confirmed not only by interviewing those responsible for its implementation, as well as by interviewing students, and also by the inventory held, according to which 163 existing schools in the province of 1st and 2nd cycles, only 16 were included, representing 9.8%.

Key words: Evaluation, Implementation, Entrepreneurship in Education, Curriculum

Índice

Índice de Quadros	v
Índice de Esquemas.....	v
Índice de Tabelas.....	v
Índice de Gráficos.....	v
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	vi
INTRODUÇÃO	vi
CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA.....	8
1.1-Definição das Políticas Públicas	8
1.2- Empreendedorismo no ensino.....	10
1.3- Avaliação de Políticas.....	12
CAPÍTULO II – A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DO EMPREENDEDORISMO NO CURRÍCULO DO ENSINO SECUNDÁRIO EM ANGOLA.....	16
2.1 - Contextualização Histórica Sobre a Implementação do Programa de Empreendedorismo no Ensino Secundário em Angola.....	16
2.1.1-Organização do Ensino Secundário Geral.....	18
2.2 -Implementação do Programa de Empreendedorismo no Sistema de Ensino Angolano.....	20
2.3- Implementação do programa de Empreendedorismo no Ensino Secundário na Província da Huila	24
Capitulo III- Analise dos Resultados.....	29
CONCLUSÕES.....	33
FONTES.....	35
BIBLIOGRAFIA.....	36
ANEXOS	I
CV	III

Índice de Quadros

Quadro nº1. 1-Questões a ter em conta na avaliação de políticas públicas _____	12
Quadro nº1. 2- Tipos de avaliação _____	14

Índice de Esquemas

Esquema nº 1. 1- Roteiro do Programa de Empreendedorismo	23
--	----

Índice de Tabelas

Tabela nº 2. 1-Representa o nº de Esc. do I ^o e II ^o s Ciclos do Ens. Sec. na Província da Huila ano 2016	26
Tabela nº 2. 2-Representa o nº de Esc. do I ^o e II ^o Ciclo do Ens. Sec. Existentes nos 5 Municípios/ Nº de Esc. implementadas o programa de empreendedorismo	26
Tabela nº 2. 3- Representa o nº total de Esc. do I ^o e II ^o Ciclos Existentes/nº de Esc. Implementado o Programa de Empreendedorismo na Província da Huila	28
Tabela nº 3. 1- Resultados das Entrevistas	32

Índice de Gráficos

Gráfico nº 2. 1-Representa (%) do nº de Municípios com Esc. do I ^o Ciclo Implementado o Programa de Empreendedorismo.....	27
Gráfico nº 2. 2- Representa (%) do nº de Municípios com Esc. do II ^o Ciclo Implementado o Programa	28

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

Ens. – Ensino

Sec.- Secundário

DR- Diário da República

ME- Ministério da Educação

INIDE- Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação

PCE- Programa Curricular de Empreendedorismo

GPH- Governo Provincial da Huila

DPECTH- Direcção Provincial de Educação Ciência e Tecnologia da Huila

PEE- Programa Educacional empresarial

ECP- Estratégia de Combate a Pobreza

EPT- Educação para Todos

PAN-EPT- Plano Nacional de Educação para Todos em Angola

EUA- Estados Unidos de América

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

ONUDI- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

MPLA- Movimento Popular de Libertação de Angola

OCDE- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico.

INTRODUÇÃO

Contextualização do Problema

“Se com os erros do passado pode-se construir um futuro melhor, entender as causas das suas falhas é essencial para programar o sucesso do amanhã.” (Rosseto, *Sine anno*: 1).

Durante muito tempo, Angola viveu numa catástrofe ou seja, num marasmo socioeconómico cujas feridas estão longe de ser curadas. As consequências negativas deste passado recente ainda estão presentes a todos os níveis da sociedade, nomeadamente: o elevado índice de pobreza, desemprego, insuficiência de infra-estruturas, saúde e educação. Com o clima de Paz fruto do fim da guerra em 2002, a estabilidade política destes catorze anos permitiu ao Governo a implementação de várias reformas administrativas que, por sua vez, promoveram a criação de uma atmosfera de confiança; a vida da nação renova-se com a esperança de minimizar a pobreza e recuperar a dinâmica social e económica do País. A legítima e imperiosa necessidade de reconstruir e desenvolver o país passa imperativamente pela estabilidade política; neste sentido é inegável a existência de políticas públicas.

Souza (2003) sintetiza uma variedade de visões e definições acerca do conceito políticas públicas: para Laswell (1956), “decisões e análises sobre políticas públicas implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz”. Mais complexo que isso é também considerar Mead (1995), para quem as políticas públicas são um campo de estudo da política que analisa o Governo através de questões públicas relevantes; ou Lynn (1980), que as vê como uma soma de actividades governamentais que produzem efeitos específicos. (Souza, 2003, *apud* Rosseto, *Sine anno*:1). Todavia, é também imprescindível um desenvolvimento socioeconómico de Angola que passa também por um processo de empreendedorismo. Neste sentido são muito importantes políticas públicas que promovem a formação e inovação; como afirma (Lévesque e Miniti, 2006, *apud* Rosseto *Sine anno*: 2), o empreendedorismo introduz uma nova dinâmica nos mercados, permitindo muita gente conseguir emprego, promovendo o bem-estar social do país.

Neste sentido é inegável a existência de políticas públicas sociais, como as, das áreas da educação e da saúde. Neste ambiente, a preocupação ao problema da realidade angolana

acima referenciado, surge da necessidade resultante das mudanças profundas socioeconómicas do país, que passou de uma economia socialista para uma economia de mercado. A maior parte das reformas, enquadram-se na Estratégia de Combate a Pobreza, que foi aprovada em Fevereiro de 2004 e revista em Setembro de 2005. As prioridades são a reconstrução de infra-estruturas, o aumento do acesso a educação, à saúde, e a outros serviços básicos, bem como a descentralização das estruturas de governo. Neste contexto, uma área importante é a educação. Neste sector da educação, em Angola, foi criado um programa de reforma da educação para melhorar a qualidade e a quantidade da educação em respostas às necessidades resultantes da transformação de uma economia socialista para uma economia de mercado. Reconhece-se assim, mudança no capital humano como garante do progresso socioeconómico, procurando aumentar qualitativa e quantitativamente o ensino. A propósito, este desiderato vem logo expresso no preâmbulo na Lei nº13/01 ao asseverar o seguinte:

Considerando igualmente que as mudanças profundas no sistema socioeconómico, nomeadamente a transição da economia de orientação socialista para uma economia de mercado, sugerem uma readaptação do sistema educativo, com vista a responder as novas exigências da formação de recursos humanos, necessários ao progresso sócio-económico da sociedade angolana¹.

Neste cenário, qualitativamente o Ministério da Educação decidiu optar por currículos virados para as competências. Porém, foi notória, desde a materialização da Lei de bases do sistema de ensino nº13/01, de 31 de Dezembro, a ausência de estudos sobre a implementação do programa de empreendedorismo como unidade curricular no ensino em Angola. Infelizmente verifica-se, no dia-a-dia, uma disparidade na realidade social dos indivíduos que ao terminar o 2º ciclo do ensino secundário, conseguindo ou não ingressar no ensino superior, muitos deles confrontam-se com o desemprego. É neste contexto que, pelo Despacho nº214-A/10 – DR nº211/10 1ª Série de 5 de Novembro que aprova os programas da disciplina de empreendedorismo, o Ministério da Educação decidiu, com o mesmo, implementar a disciplina de empreendedorismo no currículo do ensino secundário em Angola; inicialmente previsto para nove (9) Províncias, entre elas a Província da Huíla;

¹ Lei nº13/01 - Lei de Bases do Sistema de Educação, Luanda, 31 de Dezembro.

medida de política pública que é objecto da nossa investigação, procurando avaliar o grau e as condicionantes da sua implementação.

Definição do Problema

Para a condução da nossa pesquisa, em função do exposto acima, fomos motivados a formular a seguinte pergunta: Em que estado está a Implementação do Programa de Empreendedorismo no Currículo do Ensino Secundário em Angola, (2009-2014), designadamente na Província da Huíla?

Objectivo geral:

- Avaliar a Implementação do Programa de Empreendedorismo no Currículo do Ensino Secundário em Angola, designadamente na Província da Huíla.

Objectivos Específicos:

- Identificar o grau de Implementação do Programa de Empreendedorismo no Currículo do Ensino Secundário em Angola, designadamente na Província da Huíla.
- Descrever os factores condicionantes da Implementação do Programa de Empreendedorismo no Currículo do Ensino Secundário em Angola, designadamente na Província da Huíla.

Modelo analítico proposto

Neste aspecto, dentro do modelo das etapas do ciclo político, privilegiamos a componente da avaliação de políticas públicas (com foco nas metas atingidas), uma vez que, a particularidade da “avaliação de políticas públicas consiste na adopção de métodos e técnicas de pesquisa que permitam estabelecer uma relação de causalidade entre um programa x e um resultado y, ou ainda, que, na ausência do programa x, não teríamos o resultado y”. (Figueiredo e Figueiredo, 1986, *apud* Arretchete 1998:3). Segundo Rodrigues (2014: 29), a fase da avaliação, respeita os processos de acompanhamento e avaliação dos programas de acção e das políticas públicas, com o objectivo de aferir os seus efeitos e os seus impactos, (...), a eficiência e eficácia da intervenção pública. Traduz-se em acção de acompanhamento sistemático, de processos de supervisão e controlo, de recolha de

informação, tendo em vista ajustar e corrigir os procedimentos e de os adequar aos objectivos. Tendo em conta que, a quando da concepção do projecto-piloto sobre a Implementação do Programa no Ensino Secundário em Angola, preconizava-se uma série de metas a serem atingidas e, neste trabalho de pesquisa procurou-se aferir o grau de cumprimento das metas atingidas.

Metodologia e métodos

Para a realização desta pesquisa procedeu-se a uma análise documental da literatura, da legislação, relatórios e outros documentos de carácter políticos. Sobre esta matéria a documentação vem do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento em Educação de Angola, Direcção Provincial Ciência e Tecnologia da Huila e outras instituições ligadas a temática. Foram também efectuadas entrevistas directas, estruturadas por 5 perguntas, a actores-chave do projecto, nomeadamente Dr. Diassala André, Dr. Afonso, Coordenador Nacional do Projecto e Coordenador Nacional Adjunto respectivamente; Sr. Luís Manuel Dias, Coordenador e ponto focal do projecto na Província da Huila, Sr^a. Marcelina, funcionária sénior da Direcção Provincial, Ciência e Tecnologia da Huila, e alunos que têm a disciplina do empreendedorismo como uma unidade curricular, tal como consta, na tabela nº3.1. Aos alunos formulou-se um questionário, estruturado por 5 perguntas do tipo fechado, nomeadamente: (1) - A disciplina da empreendedorismo despertou em ti o espírito empreendedor? (2) - Os tempos lectivos da disciplina do empreendedorismo são suficiente para saber empreender?(3) – Consideras importante a disciplina de empreendedorismo no teu currículo? (4) - Ao terminar o ensino secundário pensas em criar um negócio ou prestar serviço? (5) - Tens um Primo amigo ou vizinho, depois de ter no currículo do ensino secundário a cadeira de empreendedorismo, que tenha criado um negócio ou uma empresa?

Metodologia de Análise

Partindo do problema formulado: Em que estado está a implementação do programa de empreendedorismo no currículo do ensino secundário em Angola, (2009-2014), designadamente na Província da Huíla; procurou-se perceber o estado, e avaliar o grau de implementação do projecto, as realizações do projecto, bem como, as dificuldades que têm

sido encontradas a quando da generalização do programa a nível nacional e designadamente na Província da Huila, na qual, incidiu a pesquisa.

Para melhor perceber recorreremos as etapas do ciclo Político, (Agendamento, Formulação, Implementação, Concretização e Avaliação). Porém, para realizar esta pesquisa restringimo-nos a fase da “avaliação, que é entendida como um mecanismo de regulação de acções e políticas sociais, que pode permitir uma notável diminuição das possibilidades de fracasso de um programa de interesse social”. (Santos 2014: 9).

Por ser um recurso potente, permite compreender como tem sido balizada a fase de implementação de políticas, estratégias, programas, por meio de uma metodologia de análise, de natureza qualitativa. A meta da avaliação de programas é fazer um juízo sobre uma actividade, um recurso ou um resultado, para determinar o grau ou êxito na consecução de um objectivo determinado, abarcando a estrutura, o processo e o impacto do programa em um dado contexto social, de forma sistemática (...). Sendo assim avaliação poderá contribuir em [...] apresentar provas objectivas, sistemáticas e completas do grau em que foram atingidos os fins do programa e do grau em que gerou outras consequências imprevistas que, uma vez conhecidas, também sejam de interesse para a organização responsável pelo programa. (Aguilar & Ander-Egg, 1994, *apud* Mendes 2013:4).

Esta é uma fase muito importante, permite “avaliar o desempenho dos atores envolvidos no processo pelo qual passam as políticas publicas, assim como justificar a acção política em determinada área, (Exemplo o projecto- piloto teve muito êxito, justifica-se o seu alargamento a um público mais vasto ou vice – versa) ”. (Jann e Wegrich, 2007, *apud* Santos, 2014:7). No entanto, procura-se analisar o percurso da implementação do programa de empreendedorismo no currículo do ensino secundário em Angola, designadamente na Província da Huila, até ao momento, tendo em conta os objectivos da dissertação, a metodologia escolhida - essencialmente baseada na análise documental e Bibliográfica.

Questões de investigação

As questões da investigação são as seguintes:

Qual é o estado de implementação do programa de empreendedorismo no currículo do ensino secundário em Angola, designadamente na Província da Huíla?

Quais são factores condicionantes da implementação do programa de empreendedorismo no currículo do ensino secundário em Angola, designadamente na Província da Huíla?

Fontes e dados

Para a materialização e alcance dos objectivos traçados, as principais fontes utilizadas durante nossa investigação foram as seguintes:

Documento de programação original e revisão subsequente.

Constituição da República de Angola de 2010 e de acordo com o artigo 46.º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/10,

Diário da República de Angola, 2010, pp.3402-3432.

Estratégia de generalização do programa de empreendedorismo, INIDE 20112.

Divulgação e sensibilização da generalização gradual e alargamento nas escolas piloto para 2014, INIDE, 2013

Relatórios intercalares disponíveis da ONUD e do INIDE 2009, 2010, 2011, 2012, e 2013

Decreto nº90/04, DR. Nº 97, 1ª série de 3 de Dezembro; aprova o estatuto do subsistema do ensino técnico -profissional.

Decreto Presidencial nº 109/11, DR. Nº 98, 1ª série, de 26 de Maio; aprova o estatuto do subsistema de formação de professores.

Decreto Presidencial nº 16/11, DR. Nº 6, 1ª série, de 11 de Janeiro, aprova o estatuto do subsistema do ensino geral.

Decreto Presidencial nº 17/11, DR. Nº6, 1ªsérie, de 11 de Janeiro, aprova o estatuto do subsistema de educação de adultos.

Despacho nº214-A/10 – DR nº211/10 1ª Série de 5 de Novembro que aprova os programas da disciplina de empreendedorismo, título experimental, nos planos de estudo do ensino secundário, no período diurno, nas escolas seleccionadas a partir do ano de 2010.

Contribuição da dissertação para o campo

A presente investigação, poderá contribuir significativamente para avaliar o grau de Implementação do Programa de Empreendedorismo no Ensino Secundário em Angola, designadamente na Província da Huila, seu impacto nas organizações institucionais, no sector empresarial, sociedade civil, bem como na promoção da cultura de avaliação de políticas públicas de educação; assim como despertar os políticos, e os gestores de projectos sociais, sobre o papel da avaliação de programas para melhoria da vida organizacional.

CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA

1.1-Definição das Políticas Públicas

As últimas décadas registaram o ressurgimento da importância do campo de conhecimento de políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que conduzem sua resolução, preparação, implementação e avaliação. Dessa forma, reza a literatura que, instaurou-se um debate que mudou a escala de interesses, isto é, meados dos anos de 1950 até a década de 1970, a preocupação científica pelo tema das políticas públicas aumentou significativamente, consolidando um campo, considerado, em princípio, como uma subárea da ciência política. A década de 1960 representa uma grande quebra de paradigma, que impulsionou os governos na adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento. É uma década multifacetada e não seria diferente no âmbito da política em seu estado de governação. Porém vários autores apontam ainda que, na Europa, esses estudos surgiram na Alemanha, a partir dos anos de 1970, com a ascensão da social democracia ao poder e a consolidação dos mecanismos de planeamento e cobertura das políticas sectoriais (FREY, 2000). Entretanto, Souza (2006), aponta elementos relevantes nas diferenças sobre as origens desse campo do conhecimento em duas realidades diferentes: EUA e Europa. A política pública enquanto área de conhecimento teve seu surgimento nos Estados Unidos, concentrando seus estudos na acção dos governos. Na Europa esta área surge como um desdobramento dos estudos baseados em teorias sobre o papel do Estado, e por consequência, do governo, produtor de políticas públicas por excelência. Souza (2011:1) explica que, a área de políticas públicas teve influência de quatro importantes estudiosos: Laswell (1936), Simon (1957), Lindblom (1959-1979) e Easton (1965). Souza, (2006:3-4), afirma que, o pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser formulado cientificamente e analisado por pesquisadores independentes; e, posteriormente as políticas públicas se afirmaram, como um ramo da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas acções. Esta linha de pensamento foi introduzida no governo dos EUA por Robert McNamara que

estimulou a criação, em 1948, da *Rand Corporation*, organização não-governamental. Assim, as políticas públicas, afirmaram-se, como estudo ligados a examinar o mundo político, com foco na preocupação de procurar entender o que os governos fazem, porquê e para quem eles fazem, ou ainda, em outras palavras, quem ganha e quem perde nas decisões de governo.

Para melhor entender o conceito de política, é necessário recorrer à literatura inglesa, onde se encontra o emprego de três conceitos para compreender as funções da política. Para a ilustração dessas dimensões tem-se 'polity' que faz referência às instituições políticas (partidos políticos), 'politics' designam os processos políticos (política no sentido de governabilidade) e, 'policy' para os conteúdos da política, (programas e políticas públicas). Segundo (Frey 2000, *apud* Souza, 2011:2), oferece uma clara explanação dos termos:

A dimensão institucional 'polity' se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo; Dimensão processual 'politics' tem-se em vista o processo político, frequentemente de carácter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objectivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição; Dimensão material 'policy' refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.

Ainda, Azevedo, (2004), *apud* Souza 2011:5) explica que o conceito de políticas públicas implica considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que têm nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental. (Azevedo, 2004, *apud* Souza 2011:5) Para Dunn, (1994), as políticas públicas configuram um conjunto de acções colectivas, interdependentes, associadas à decisores governamentais e de seus representantes e que são formuladas em diversas áreas, tais como defesa, saúde, educação, previdência social. (Dunn, 1994, *apud* Espinoza, 2009:3)

Na visão de Rodrigues (2014:38), a definição mais conhecida é a proposta por Harold Lasswell: “ decisões e análises sobre política pública implicam às seguintes questões: quem ganha o quê, porquê e que diferença faz”. Laswell (1956), por sua vez, introduziu um modelo de processo político composto por sete fases: Identificação do problema, agendamento, formulação, legitimação, implementação e avaliação. No entanto, fruto de

vários contributos, os quais não entraremos em pormenor, actualmente as etapas, ou seja, as fases mais utilizadas para descrever e analisar cronologicamente o processo político são as seguintes: problema, agendamento, formulação, concretização, implementação e avaliação. Nesta ordem de ideia, a nossa investigação, circunscreve-se a última fase do ciclo político, que é a avaliação de políticas públicas, na qual se apreciam os programas já implementados no que diz respeito aos seus impactos efectivos, investigam-se os déficits de impacto e os efeitos colaterais indesejados para poder extrair consequências para acções e programas futuros. Nessa etapa, caso os objectivos do programa tenham sido atendidos, o ciclo político pode ser suspenso ou chegar ao fim, senão dá-se início a um novo ciclo, isto é, a uma nova fase de percepção e definição de problemas. “Com isso, a fase da avaliação é imprescindível para o desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e instrumentos de acção pública” (Frey, 2000, *apud* Trevisan & Van Bellen, 2008:3).

No entanto, as acções dos governos direccionadas para a educação são definidas como políticas públicas de educação, por interferirem no campo educacional. É através da educação que se forja o capital humano para o desenvolvimento de um país, o que directa ou indirectamente está ligado com as questões de potenciar os cidadãos para inovação e, quiçá, para o acto de empreender, num mundo cada vez mais turbulento do ponto de vista da competitividade.

1.2- Empreendedorismo no ensino

A aposta no empreendedorismo é vista, em muitas partes do mundo, como uma das saídas para a redução do desemprego, da promoção da inovação e não só. Neste contexto cada vez mais se defende que haja uma promoção no ensino, como uma componente curricular, com vista a munir os alunos com ferramentas que os habilite a empreender, inovar e acima de tudo suscitar o auto-emprego.

“O empreendedorismo é o modo de conceber benefício diferente com valor, dedicando o tempo e o esforço necessário, arcando os riscos financeiros, psíquicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação e da independência económica e pessoal”. (Hisrich e Shepherd 2009, *apud*, João, Manuel Raúl, 2014:18).

Segundo Marques, (2011: 20), “a educação para o empreendedorismo, visa promover a aquisição de conhecimentos, capacidades e atitudes que incentivem e proporcionem o desenvolvimento de ideias, de iniciativas e de projectos, no sentido de criar, inovar ou proceder a mudança na área de actuação de cada um perante os desafios que a sociedade coloca”. Entendemos que, o desenvolvimento de uma sociedade também passa pela promoção de potencialidades, como o empreendedorismo no ensino. No entanto, o empreendedorismo no ensino visa impulsionar os alunos para sejam capazes de identificar oportunidades e aproveitá-las, inovar, transformar ideias em actividades práticas quer seja, num contexto social, cultural, quer num contexto financeiro.

O conceito de empreendedorismo consiste na intencionalidade da geração de melhoria na qualidade de vida de uma colectividade, e não apenas de valores exclusivamente individuais e económicos. Nesse sentido, o que define o empreendedor — um ser a um tempo autónomo e cooperante — é sua capacidade de identificar e aproveitar oportunidades em seu campo de actuação, gerando valores para a comunidade sob a forma de conhecimento, bem-estar, liberdade, saúde, democracia, riqueza material, riqueza espiritual etc. É por isso que a educação empreendedora deve explicitar uma vontade e apoiar-se em racionalidades compatíveis com tal desiderato. O autor faz referência ao empreendedor colectivo sob a óptica da Pedagogia Empreendedora. (Dolabela, 2003:109).

Entendemos, que é nestes termos que foi Implementando o Programa de Empreendedorismo no Currículo do Ensino Secundário em Angola;² acção governativa que, é matéria de avaliação da presente pesquisa. Por este motivo, de seguida, faz-se uma referência sobre a temática de avaliação de políticas.

² Com vista ao desenvolvimento de atitude nos adolescentes e jovens, com relação a um empreendimento, visando a promoção da criatividade, do espírito empresarial, da auto-confiança, de modo a incrementar as bases empresariais de um sector privado sustentável angolano, um papel importante para o progresso pessoal e na luta contra a pobreza e no progresso pessoal. Tornando-se necessário assegurar o enquadramento da disciplina de empreendedorismo nos planos I e II ciclos do ensino secundário geral, da formação de professores, da formação básica e media técnica

1.3- Avaliação de Políticas

A avaliação de programas de várias ordens é uma actividade das ciências sociais que recolhe, analisa, interpreta e procura fornecer informação sobre o trabalho e a eficácia de programas sociais. Ela responde a três questões chave em matéria de governabilidade, discriminada no quadro número 1.1.³

Quadro nº1. 1-Questões a ter em conta na avaliação de políticas públicas

Questões	Avaliação de políticas públicas Governabilidade
Compreender	Para chegar a uma interpretação que não seja meramente do que se faz, como se faz e com que efeitos.
Comunicar	Para criar o quadro de discussão indispensável a uma gestão concertada.
Controlar	É fundamental num universo marcado pela fragmentação dos locais da decisão e pelo confronto de racionalidade sectoriais.

Fonte: produção própria baseada em Juan, (2003:318).

Porém, reza a literatura sobre o assunto, que a prática de avaliação de políticas públicas, sobretudo a nível da lusofonia, é bastante recente. É mister destacar, que a década de 1970 foi marcada por uma maior ampliação da avaliação de políticas públicas, todavia, o ápice sobre a temática regista-se na década 1980/90, como resultado da política neoliberal, marcada pelo início de auditorias aos gastos de Estado, reformas e estruturação das máquinas estatais. No entanto, o exercício de avaliar as políticas públicas, devido a sua complexidade, bem como das suas repercussões - sobre tudo, da parte de quem governa,⁴- continua a ser escasso.

“O estudo das Políticas Públicas, entendidas como outputs dos sistemas políticos – ou seja, processos de conversão das exigências, necessidades e apoios em decisões, a avaliação

³ Juan, Gomes, & Batista (2003:318),

⁴ Trevisan e Van Bellen, (2008:16), avaliações podem ser um “problema” para os governantes, executores e gerentes de projectos porque os resultados podem causar constrangimentos públicos. As informações e resultados das avaliações podem ser usados pelo público e pela imprensa para criticar os governos, da mesma forma que, em caso de “boas notícias”, os governos podem usá-las para legitimar as próprias políticas, como ganho político., Rio de Janeiro.

dos seus efeitos (outcomes) e os processos de reacção (feedback) destes resultados sobre a estruturação da política - é relativamente recente”. (Pasquino, 2002 *apud* Carneiro, 2007:69).

Uma avaliação de política pública remete-nos as etapas do ciclo político já referenciado acima, particularmente avaliação.

O Comité de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE, assinala que, o propósito da avaliação é determinar a pertinência e alcance dos objectivos, a eficiência, efectividade, impacto e sustentabilidade do desenvolvimento. A avaliação deve proporcionar informação que seja crível e útil para permitir a incorporação da experiência adquirida no processo de tomada de decisão. A avaliação deve ser vista como um mecanismo de melhoria no processo de tomada de decisão, a fim de garantir melhores informações, sobre as quais eles possam fundamentar suas decisões e melhor prestar contas sobre as políticas públicas, (Ala-Harja e Helgason, 2000, *apud* Trevison & Van Bellen, 2008: 8).

No entanto as avaliações podem ser um «problema» sobre tudo aos governantes e gestores, uma vez que, coloca em disposição a informação da eficiência e eficácia dos seus projectos, mas também, podem servir como um ganho político importante.

A avaliação configura-se como uma importante ferramenta fornecedora de informações e permite que os mais variados aspectos de uma política, programa ou projecto sejam analisados, as dificuldades encontradas pelos formuladores de políticas em detrimento de uma maior complexidade frente aos acontecimentos e ao próprio crescimento da demanda levou gradualmente a busca de novas alternativas, de novas propostas e soluções para as políticas de Estado e/ou governo. A atenção e desprendimento dado por parte dos diversos pesquisadores das Ciências Sociais abriram espaço para tornar as questões ligadas às políticas públicas um campo específico de estudo. Foram estes dois aspectos que permearam a amplitude da questão avaliativa que crescia consideravelmente tanto no âmbito governamental quanto no académico. (Schurter, 2014:9-10).

A literatura sobre esse assunto é bastante vasta e aqui não se pretende esgotar uma temática de tamanha complexidade. Sendo assim, distinguem-se quatro tipos de avaliação,

de um modo geral: Avaliação *ex-ante*, Avaliação *ex-post* ou somativa, Avaliação formativa ou de processo e Monitoramento. (Calvacanti, 2008: 5-7).

Quadro nº1. 2- Tipos de avaliação

Nº	Tipo de Avaliação	Definição
1	Avaliação ex-ante	Refere-se à avaliação que é realizada antes do início do projeto, ou seja, trata-se de uma avaliação que procura medir a viabilidade do programa a ser implementado, no que diz respeito a sua relação "custo-benefício" (...)A avaliação ex-ante, procura orientar sobre a realização de um dado programa, no que diz respeito a sua formulação e desenvolvimento, através do estudo de seus objectivos, dos beneficiários e suas necessidades e do seu campo de actuação
2	Avaliação Ex-post ou Somativa	Essa modalidade de avaliação que se realiza ao final da fase de implementação ou após a conclusão de um programa, consiste no exame e análise de objetivos, impactos e resultados. Focaliza a relação entre processo, resultados e impacto, comparando os diferentes programas, o que possibilita escolher o mais adequado e viável para atingir as metas no prazo pretendido. O objetivo principal da avaliação Somativa é o de analisar a efetividade de um programa, compreendendo em que medida o mesmo atingiu os resultados esperados.
3	Avaliação Formativa ou de processo	(...) este tipo de avaliação se centraliza nos processos e não nos resultados, (...) é mais utilizada na fase de implementação de um programa ou política, pois focaliza os aspectos que têm relação direta com a formação do programa, enquanto está em funcionamento, portanto, é desenvolvida durante o processo de implementação da ação avaliada.
4	Monitoramento	O monitoramento é um processo sistemático e periódico de análise da gestão, funcionamento e desempenho de programas e projetos. Tem como objectivo identificar desvios na execução das ações, entre o programado e o executado, diagnosticando suas causas e propondo ajustes operacionais, com vistas à adequação entre o plano e sua implementação.

Fonte: Produção própria, baseada em Calvacanti(2008:5-7)

Não obstante, o que se descreveu a cima, a prática de avaliação de políticas públicas continua incipiente, especialmente quando virada para avaliar o desempenho e os resultados de uma instituição pública ou de um programa governamental. Porém, sendo uma área que se, revela como um importante mecanismo de gestão, fornece informações e subsídios para tomada de decisão dos gestores, formuladores e implementadores de programas, possibilita conhecer o que está acontecer e actuar sobre os fatos de forma a realizar ajustes necessários, isto permite economizar tempo e recursos, o que eleva a credibilidade das acções públicas.

Em função dos quatros tipos de avaliação acima descritos, entendemos, que a nossa investigação enquadra-se na tipologia da avaliação formativa ou de processo, visto que de acordo os objectos traçados aproximamo-nos as três grandes questões que, habitualmente se levantam nestes tipos de avaliação nomeadamente: As populações -alvo estão a ser atendidas conforme as metas? O cronograma está sendo cumprido? Os recursos estão a ser alocados com eficiência?

CAPÍTULO II – A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DO EMPREENDEDORISMO NO CURRÍCULO DO ENSINO SECUNDÁRIO EM ANGOLA.

2.1 - Contextualização Histórica Sobre a Implementação do Programa de Empreendedorismo no Ensino Secundário em Angola

O objectivo de desenvolvimento do programa e os seus resultados previstos estão fundamentados numa análise da situação que destaca a necessidade de diversificar a economia nacional e a estrutura do mercado de trabalho para promover o desenvolvimento socioeconómico e redução ao desemprego e a pobreza.⁵

A República de Angola está localizada a Sul do *Sahara* do continente africano, com uma extensão territorial de 1.246.700km²; dividida em 18 províncias. É um Estado independente desde o dia 11 de Novembro de 1975. De acordo os resultados do senso de Maio de 2014, Angola estima-se que tenha uma população de 25.789.024 habitantes. Com a conquista da Paz em 2002, tem-se registado progressos. Com a mudança do sistema socioeconómico, de economia socialista para economia de mercado, o Governo de Angola adoptou várias reformas para apoiar o progresso socioeconómico de modo a fazer face aos novos desafios que se impunham, inseridas no âmbito da “Estratégia de Combate à Pobreza – ECP”, que foi aprovada em Fevereiro de 2004 e revista em Setembro de 2005. Todavia, em 2002 o PNUD - Angola iniciou parceria com a *Chevron texaco Cooporetion*, que os levou a assinar um memorando de entendimento em Dezembro de 2003, com objectivo de apoiar o desenvolvimento do sector empresarial. Isto é, na primeira legislatura, de 1992-2008, comandada pelo governo do partido MPLA, sobre a presidência de José Eduardo dos Santos.

Em 2004 a ONUDI⁶ realizou uma pesquisa sobre potenciais áreas de cooperação com Angola, entre as quais, o desenvolvimento do programa de empreendedorismo no currículo do ensino secundário para promover competências entre jovens angolanos. Porém, a introdução dos currículos de empreendedorismo para promover competências empresariais

⁵ Programa empreendedorismo no currículo do ensino secundário, Preparação do projecto e Pilotagem: 2009/2013

⁶ Portugal e a Republica da Coreia concordaram em financiar assistência técnica da ONUDI, Alem da contribuição da própria ONUDI. Em 2010, a chevron decidiu aderir ao programa financiando a assistência técnica da ONUDI.

entre os jovens angolanos, foi explorada pela primeira vez em Outubro de 2004 no contexto de uma missão de programação da ONUDI à Angola. É de se referir que, esta parceria enquadra-se na transferência e difusão de políticas.

(...) a acção política é vista como um conjunto de acções colectivas sinuosas, que se concretizam dum ponto de vista operacional em programas transversais, implicam redes de actores heterogéneos e cujo desenvolvimento se faz sobretudo através de procedimentos de negociação. Neste âmbito, é fundamental cuidar da comunicação, que permite construir a cooperação entre as partes envolvidas na governança e fornecer-lhes quadros de referência comuns, criando condições de ajustamento mútuo e de convergência através duma aprendizagem colectiva da “conceptualização conjunta”.(Hood, 1995 *apud* Juan & Batista, 2003:318).

Um ano mais tarde, dois funcionários do INIDE, do Ministério da Educação, participaram num *workshop* da ONUDI dirigido à vários países africanos onde partilharam e trocaram experiências a nível do ensino de empreendedorismo. O INIDE levou avante a ideia de introduzir o ensino de empreendedorismo com grande empenhamento e foi decidido que devia ser desenvolvido um projecto para introduzir o programa curricular de empreendedorismo (PCE) em Angola com a assistência técnica da ONUDI e o apoio financeiro do PNUD. Entretanto, o Ministério da Educação de Angola começou a transformar os modelos de programas do sistema educativo, em programas voltados para a competência. O projecto de educação empresarial integra-se nos esforços para melhorar a qualidade do ensino. A ONUDI possui experiência em vários outros países de ajudar os governos a introduzir o currículo de educação empresarial em escolas; e durante uma missão em Outubro de 2004 explorou de forma preliminar, com responsáveis do Governo e com o PNUD, a introdução destes conceitos em Angola.

Em Outubro de 2005, dois funcionários do INIDE, do Ministério da Educação participaram em Kampala (Uganda) num atelier da ONUDI para vários países africanos com a finalidade de partilhar e trocar experiências sobre educação empresarial. O INIDE apresentou a ideia da introdução de educação empresarial às suas autoridades e também teve intercâmbios com responsáveis da educação de Moçambique, que estão actualmente a introduzir o conceito com a assistência técnica da ONUDI.

Em Agosto de 2006, uma missão da ONUDI⁷ à Angola teve discussões com o Vice-Ministro da Educação, na altura Pinda Simão, o INIDE e o PNUD, que concluíram que o PEE fosse introduzido com a assistência técnica da ONUDI e o apoio financeiro do PNUD. O INIDE trabalhou em seguida com o PNUD na preparação da primeira proposta para um projecto e solicitou a contribuição da ONUDI para a formulação do projecto do programa de empreendedorismo.

Portanto, em Fevereiro de 2007, a ONUDI realizou uma missão com co-financiamento do PNUD para discutir e chegar a um acordo sobre as estratégias adequadas acerca de como desenvolver e introduzir o currículo de educação empresarial em Angola, elaborar um documento de projecto em consulta estreita com o INIDE e o PNUD, e apresentar a ideia de projecto aos parceiros interessados. Um documento preliminar detalhado do programa, reflectindo o conceito de empreendedorismo, o processo de desenvolvimento curricular, produtos a serem produzidos e inputs necessários foram apresentados em Março ao Governo por intermédio do PNUD. Em Junho de 2007 o Ministro da Educação, Sr. António Burity da Silva Neto, aprovou para acção o programa nacional “Educação Empresarial no Ensino Secundário em Angola”. Este documento de projecto descreve a assistência técnica da ONUDI para a implementação do programa nacional a fim de desenvolver e introduzir programas de educação empresarial nas escolas secundárias.

Sobre o ensino secundário em Angola afigura-se indispensável descrever o seguinte: O ensino secundário geral é o nível que sucede o ensino primário, e prepara os alunos para o ingresso no ensino superior ou no mercado de trabalho imediatamente ou após formação profissional complementar.⁸

2.1.1-Organização do Ensino Secundário Geral

1. O ensino secundário geral compreende dois ciclos de 3 (três) classes cada e organizasse da seguinte forma: a) O Iº ciclo do ensino secundário geral compreende as 7ª, 8ª e 9ª

⁷ ONUDI, é uma organização internacional, que visa promover o desenvolvimento industrial nos países do Terceiro Mundo.

⁸ Artigo, 30ºLei de base nº17/16 de 07 de Outubro.

classes e é frequentado por alunos dos 12 aos 14 anos de idade; b) O IIº ciclo do ensino secundário geral compreende as 10ª, 11ª e 12ª classes e é frequentado por alunos dos 15 (quinze) aos 17 (dezassete) anos de idade.

2. As crianças e os jovens com idades compreendidas entre os 14 (catorze) e 17 (dezassete) anos, que não tenham concluído o Iº ciclo do ensino secundário, beneficiam de programas específicos de apoio pedagógico para permitir a sua conclusão e os que ultrapassam essa idade devem ser enquadrados no ensino de adultos.⁹

A abordagem sobre o empreendedorismo é um assunto de actualidade e prioridade do Governo de Angola, de acordo com o Despacho n.º 214-A/10 do Ministério da Educação, publicado em Diário da República de Angola, de 5 de Novembro, I Série – n.º 21, que aprova os programas da disciplina de empreendedorismo, a introduzir a título experimental, nos planos de estudo do ensino secundário, período diurno, nas escolas seleccionadas, a partir do ano lectivo 2010. Com este propósito, é uma premissa para o início de uma nova etapa no processo de ensino angolano, com a implementação do ensino do empreendedorismo no sistema de ensino, bem como o despertar das mentalidades no que concerne à cultura empreendedora.

Com vista ao desenvolvimento de atitude nos adolescentes e jovens, com relação a um empreendimento, visando a promoção da criatividade, do espírito empresarial, da auto-confiança, de modo a incrementar as bases empresariais de um sector privado sustentável angolano, um papel importante para o progresso pessoal e na luta contra a pobreza e no progresso pessoal. Tornando-se necessário assegurar o enquadramento da disciplina de empreendedorismo nos planos I e II ciclos do ensino secundário geral, da formação de professores, da formação básica e média técnica.¹⁰

O beneficiário alvo imediato na altura, era o Ministério da Educação (MED), em particular o pessoal do INIDE - calculava-se que seis peritos seriam apoiados, no seu esforço de introdução do programa de educação empresarial no ensino secundário no âmbito da reforma educativa em curso. No fim do projecto estariam numa posição que lhes permitiria

⁹Artigo, 31º da Lei de base nº17/16 de 07 de Outubro.

¹⁰ Despacho nº 214-A/10- DR nº211/10, 1ª serie, 5 de Novembro.

gerir e monitorizar o processo de generalização, incluindo a revisão da metodologia sempre que fosse necessário. Calculava-se que, cerca de 35 formadores de professores fossem formados para que ensinassem educação empresarial nas escolas piloto, de modo que os mesmos pudessem formar professores em exercício para o alargamento em todo o país. Cerca de 60 professores previsto que fossem formados para ensinar a disciplina de educação empresarial durante a fase piloto. Os beneficiários finais seriam os alunos das escolas piloto seleccionadas em 9 províncias, em particular a faixa etária dos 12 aos 18 anos (correspondendo ao 7º a 9º ano e 10º a 13º ano do ensino secundário), que iriam adquirir conhecimentos práticos de empreendedorismo e competências no ensino secundário. O número previsto de estudantes beneficiários na fase piloto era cerca de 3.200.

A melhor compreensão por parte dos estudantes do processo inerente à criação e gestão de negócios e a promoção de mais atitudes empresariais permitiriam dispor de um maior número de jovens com uma atitude empresarial, o que iria beneficiar todos os sectores da economia, contribuindo assim para o crescimento do sector nacional de pequenas e médias empresas.

2.2 -Implementação do Programa de Empreendedorismo no Sistema de Ensino Angolano.

Em Angola, o debate sobre o empreendedorismo é um assunto de actualidade e prioridade governamental de acordo com o Despacho nº214-A/10 do Ministério da Educação, na pessoa do Ministro Pinda Simão, publicado em Diário da República de Angola, de 5 de Novembro, I Série – n.º 21, que aprova os programas da disciplina de empreendedorismo, a introduzir a título experimental, nos planos de estudo do ensino secundário, período diurno, nas escolas seleccionadas, a partir do ano lectivo 2010. Com este desígnio, é uma premissa para o início de uma nova etapa no processo de ensino angolano, com a implementação do ensino do empreendedorismo no sistema de ensino, bem como o acordar das mentalidades no tocante à cultura empreendedora. O presente programa ganha condições tangíveis de implementação auxiliados pelos seguintes documentos legais, nomeadamente:

- O Decreto nº90/04, DR. Nº 97, 1ª série de 3 de Dezembro; aprova o Estatuto do Subsistema do Ensino Técnico -Profissional.
- Decreto Presidencial nº 109/11, DR. Nº 98, 1ª série, de 26 de Maio; aprova o Estatuto do Subsistema de Formação de Professores.
- Decreto Presidencial nº 16/11, DR. Nº 6, 1ª série, de 11 de Janeiro, aprova o Estatuto do Subsistema do Ensino Geral.
- O Decreto Presidencial nº 17/11, DR. Nº6, 1ªsérie, de 11 de Janeiro, aprova o Estatuto do Subsistema de Educação de Adultos.

A disciplina de Empreendedorismo foi implementado a partir de 2010, pelo ministério da educação, ciência e tecnologia, na altura, em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola de 2010 e de acordo com o artigo 46.º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/10, de 5 de Março, determina:

1.º - São aprovados os programas da disciplina de empreendedorismo, a introduzir a título experimental, nos planos de estudo de ensino secundário, período diurno, nas escolas seleccionadas, a partir do ano lectivo 2010.

2.º - A disciplina de empreendedorismo tem dois tempos lectivos semanais num bloco único (aula dupla).

3.º - Compete à direcção de cada escola fixar no horário e período para a sua leccionação.

4.º - A disciplina de empreendedorismo é ministrada, a título experimental, em 45 escolas seleccionadas de nove províncias, respeitando o seguinte:

Em 2010: Uma ou duas turmas da 7.ª e 10.ª Classes.

Em 2011: Uma ou duas turmas da 7.ª, 8.ª, 10.ª e 11.ª Classes.

Em 2012: Uma ou duas turmas da 7.ª, 8.ª, 9.ª, 10.ª, 11.ª e 12.ª Classes.

5.º - A carga horária dos professores que cumulativamente leccionarem a disciplina de empreendedorismo é estabelecida para docentes do ensino secundário, desta, quatro tempos serão para fazer o acompanhamento dos trabalhos práticos dos alunos fora da sala de aula.

6.º - A disciplina de empreendedorismo deve reger-se pelas actuais formas de avaliação, preconizadas nos regulamentos de avaliação, designadamente:

- Sistema de avaliação das aprendizagens para o Iº ciclo do ensino secundário.
- Sistema de avaliação das aprendizagens para o IIº ciclo do ensino secundário.
- Sistema de avaliação das aprendizagens para a formação de professores.
- Regime de avaliação dos alunos da formação média técnica.

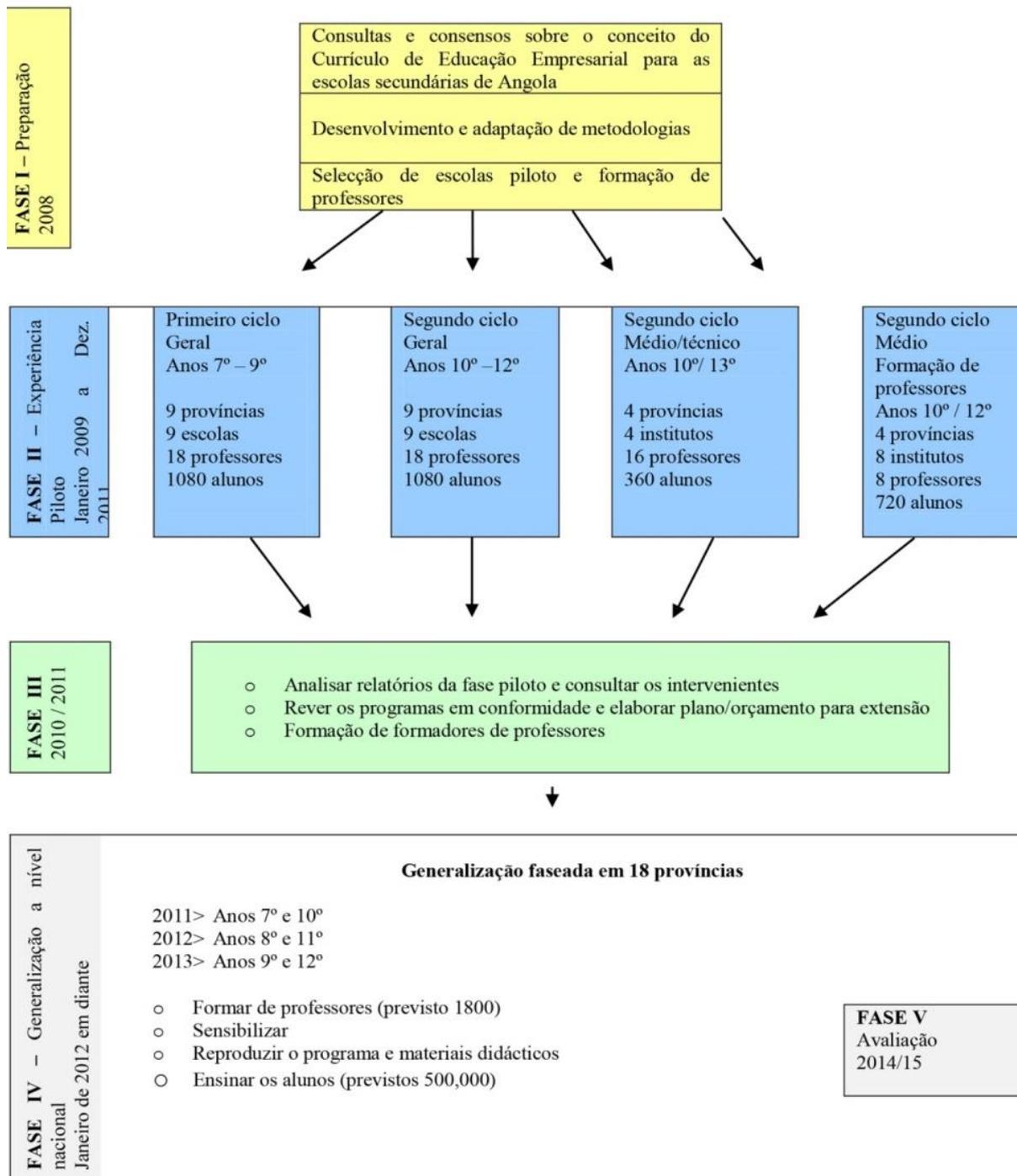
7.º - Para além das formas de avaliação mencionadas nas alíneas a, b, c e d, no fim de cada ciclo, deve ser feita uma apresentação de um mini projecto ou projecto empreendedor, que incluirá a identificação de oportunidade de actividade empreendedora mais viável no seu meio, tendo em conta os recursos necessários para iniciá-lo, desenvolvê-lo e geri-lo com êxito.

8.º - A apresentação do micro-projecto ou projecto empreendedor de forma individual ou em grupo é de carácter obrigatório e é avaliado por um júri.

9.º - O INIDE, deve anualmente proceder à avaliação da aplicação do programa e proceder às correcções que se entender necessárias visando a generalização da disciplina” (Diário da República de Angola, 2010, pp.3402-3432). A disciplina de empreendedorismo, foi implementado em três fases, sendo a primeira fase de experimentação e monitoria, a segunda fase, a fase de experimentação e monitoria e revisão dos materiais, a fase três é a fase de generalização, nas escolas do ensino secundário do Iº e IIº ciclos gerais, do ensino técnico profissional e de formação de professores, nas províncias de Benguela, Cabinda, Cunene, Huila, Huambo, Luanda, Lunda Norte, Malange e Uíge. (Inide, 2012). Como a figura abaixo apresenta:

Esquema nº 1. 1- Roteiro do Programa de Empreendedorismo

ROTEIRO



Fonte : Programa de preparação de pilotagem (2009/2013) do INIDE, 2012.

2.3- Implementação do programa de Empreendedorismo no Ensino Secundário na Província da Huila

A Província da Huila localiza-se no Sudoeste da República de Angola, possui uma forma rectangular, com fronteiras; a Norte faz limite com as Províncias de Benguela e Huambo, a Sul com Província do Cunene, a Este com as Províncias do Bie e Benguela; a Oeste com as Províncias de Namibe e Benguela; possui uma extensão territorial que abarca uma área aproximadamente de 79.023 km³ e administrativamente conta com 14 Municípios e 39 Comunas.

O programa de empreendedorismo no currículo do ensino secundário é um programa do Ministério da Educação de Angola, desenvolvido com a parceria do PNUD, ONUDI, com apoios do Governo de Portugal, da República da Coréia e da *Chevron*. A disciplina de empreendedorismo no sistema de educação formal visa permitir que os educandos saibam abordar os factores que causam e aumentam os níveis de pobreza, bem como a necessidade de equipá-los com capacidades que facilitem a integração na vida; no trabalho e a criação de oportunidades de emprego, contribuindo assim para a redução da pobreza em Angola designadamente na província da Huila onde centramos nossa investigação.

Na Província da Huila o programa começou com a divulgação, em 2009, quando uma equipa de técnicos do INIDE realizou palestras em que participaram alunos, professores, gestores escolares, membros das comissões de pais e encarregados de educação, empresários, bancários, autoridades tradicionais, entidades eclesásticas, membros do governo, membros dos partidos políticos e da sociedade civil.

Foram seleccionadas cinco escolas de dois municípios nomeadamente: Lubango (Escola do 1º Ciclo 27 de Março, Escola do IIº Ciclo do Lubango e Escola de Formação de Professores Comandante Liberdade do Lubango) e Humpata (Escola do 1º Ciclo da Humpata e Instituto Médio Politécnico da Humpata), neste contexto, a Direcção Provincial de Educação da Huila, na pessoa do seu Director provincial, Americo Chicote, enviou 5 profissionais do sector, e 1 funcionário sénior da Direcção Provincial de Educação que passou a ser o ponto focal da implementação do programa de empreendedorismo no ensino secundário na Província da Huila, Sr. Luís Manuel Dias. No mesmo ano, deu-se início à implementação

com a experimentação em turmas da 7ª e 10ª classe (uma turma de cada classe em cada uma das escolas seleccionadas).

Em 2011, foram formados cinco novos professores e refrescados os primeiros; no mesmo ano alargou-se o programa para uma turma da 8ª classe e uma 11ª classe nas mesmas escolas.

Em 2012, foram formados cinco novos professores e refrescados os das fases anteriores tendo-se alargado para as 9ªs e 12ªs classes.

Em 2013, foram formados dez novos professores: quatro da 7ª e seis da 10ª classe. Neste ano, procedeu-se a Generalização da disciplina em todas as turmas das 7ªs e 10ªs classes nas escolas experimentadoras; Quatro (4) professores participaram numa acção de formação para formadores nacionais, isto é em Luanda; Um (1) professor da Escola de Formação de Professores participou numa formação em Metodologia do ensino de empreendedorismo.

Em 2014, foram formados 36 novos professores das 7ªs e 10ªs classes e inspectores de cinco municípios (Lubango, Humpata, Chibia, Matala e Caluquembe); Procedeu-se a generalização em todas as turmas das 8ªs e 11ªs classes das escolas experimentadoras iniciais; Procedeu-se o alargamento da implementação da disciplina para uma escola do I Ciclo, uma do II Ciclo Geral e uma de Formação de Professores nos municípios da Chibia, Matala e Caluquembe. Todavia este grau de implementação contrasta grandemente o desiderato do programa concebido a nível nacional que era de generalizar o programa de empreendedorismo no ensino secundário em todas as escolas do Iº e IIº ciclos de todos os Municípios das 9 províncias contempladas no projecto- piloto, dentre elas a Província da Huila. Para ter-se uma ideia do cenário em estudo, abaixo apresenta-se o quadro geral das escolas do Iº e IIº Ciclos do ensino secundário existente na Província.

Tabela nº 2. 1-Representa o nº de Esc. do Iº e IIºs Ciclos do Ens. Sec. na Província da Huila ano 2016

Nº	Municípios	Escolas do Iº do Ensino Secundário.	Escolas do IIº do Ensino Secundário.
1	Lubango	50	14
2	Matala	12	02
3	Quipungo	02	01
4	Chibia	05	01
5	Humpata	03	03
6	Jamba	02	02
7	Quilengues	16	01
8	Gambos	02	01
9	Cacula	03	01
10	Caconda	13	01
11	Kaluquembe	02	06
12	Chipindo	01	01
13	Cuvango	04	01
14	Chicomba	12	01
Total	14	127	36

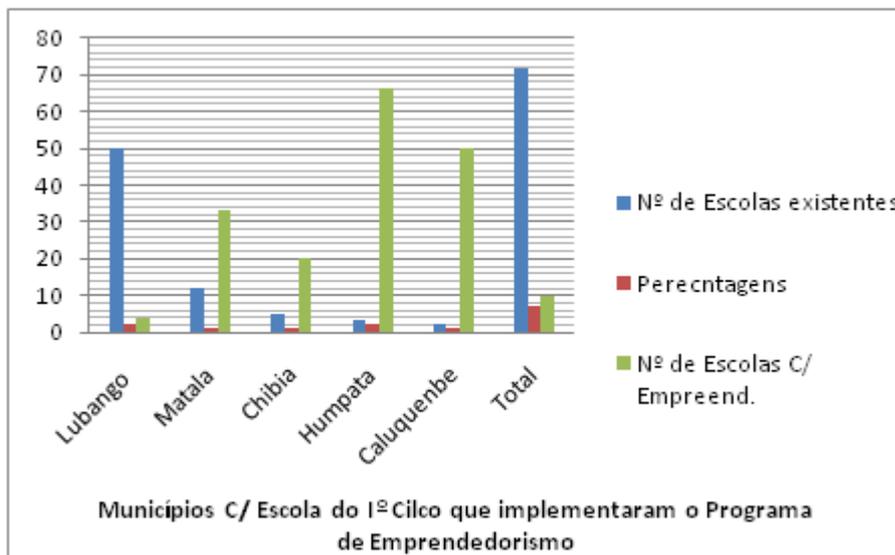
Infelizmente, até ao preciso momento apenas 5 destes 14 Municípios da Província, conseguiram implementar o programa do empreendedorismo em alguma das Escolas do Iº e IIº Ciclos.

Tabela nº 2. 2-Representa o nº de Esc. do Iº e IIº Ciclo do Ens. Sec. Existentes nos 5 Municípios/ Nº de Esc. implementadas o programa de empreendedorismo

Nº	Municípios	Iº Ciclo			IIº Ciclo		
		Nº de escolas Existentes	Nº de Escolas com Empreendedorismo	%	Nº de escolas Existentes	Nº de Escolas com Empreendedorismo	%
01	Lubango	50	2	4	14	3	21
02	Matala	12	1	33	2	1	50
03	Chibia	5	1	20	1	1	100
04	Humapata	3	2	67	3	2	67
05	Caluquembe	2	1	50	6	2	33
	Total	72	7	9.7	26	9	35

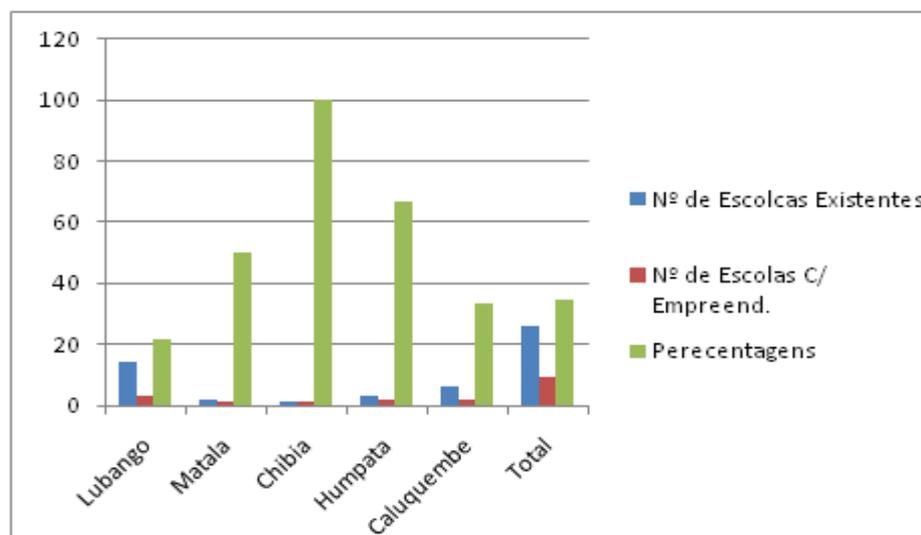
O quadro em epígrafe revela que, as metas estão muito a quem do desejado e, particularmente no 1º Ciclo do Ensino Secundário verifica-se que existe uma grande distância, não só em relação aos 14 Municípios conforme no quadro nº, mas fundamentalmente em relação ao número total de escolas dos poucos Municípios que conseguiram implementar o referido programa.

Gráfico nº 2. 1-Representa (%) do nº de Municípios com Esc. do 1º Ciclo Implementado o Programa de Empreendedorismo



Situação que, apesar de uma ligeira evolução ao anterior, não foge muito para o IIº Ciclo forme ilustra o gráfico abaixo:

Gráfico nº 2. 2- Representa (%) do nº de Municípios com Esc. do IIº Ciclo Implementado o Programa



Da leitura descritiva aos 2 gráfico acima, percebe-se que em termos de percentagem, por exemplo para o Iº ciclo das 72 Escolas existentes nos Municípios onde foi implantado o programa, apenas em 7 foram contempladas o que corresponde a 9,7%; Para o IIº Ciclo das 26 Escolas existentes nos Municípios onde foi implementado o programa apenas 9 foram contempladas corresponde a 35%. Nas ilustrações abaixo, procuramos relacionar o peso que representa as Escolas do Iº e II Ciclos contempladas pelo programa do Empreendedorismo com o total das escolas do mesmo ciclo existente em toda Província.

Tabela nº 2. 3- Representa o nº total de Esc. do Iº e IIº Ciclos Existentes/nº de Esc. Implementado o Programa de Empreendedorismo na Província da Huila

CICLO	Nº Esc. Provincial	Nº Esc. C/ Empreendedorismo	Percentagens (%)
Iº	127	7	5,5
IIº	36	9	25
TOTAL	163	16	9,8

Estas duas ilustrações confirmam o exposto acima isto é, das 127 Escolas do Iº Ciclo existente na Província, apenas 7 foram contempladas, o que corresponde a 5,5%; já para o IIº Ciclo das 36 Escolas existentes na Província apenas 9 foram contempladas, o que corresponde 25%. E das 163 Escolas do Iª e IIº Ciclos existente na Província, apenas 16 foram contempladas, correspondendo 9,8%.

Capítulo III- Análise dos Resultados

A quanto da realização da colecta de dados para a pesquisa, realizou-se entrevista, aos seguintes: Sr. Andre Diassala, Coordenador Nacional (Luanda), vice-coordenador Manuel (Luanda), Luis Manuel Dias Ponto focal da Província da Huila, e outros responsáveis seniores da Direcção Provincial de Educação na Huila. Ainda fez-se entrevistas aos alunos do ensino secundário que têm a disciplina de empreendedorismo no currículo de ensino, como consta na Tabela nº 3.1. Aos coordenadores nacionais formulou-se as seguintes perguntas:

1-Pedimos que fizessem uma breve resenha sobre a concepção do projecto?

De forma simples e sucinta fizeram uma abordagem cronológica do programa isto, é desde os seus antecedentes, especificamente aos primeiros contactos tidos com a ONUDI e a PNUD, que foram as incentivadoras do projecto, ao convida-los em participar em ateliers sobre educação empreendedora, motivando-os desta maneira a criar bases para que se pudesse introduzir no sistema de ensino secundário em Angola.

2-Aquando da concepção do projecto fez-se um estudo de mercado, quais os critérios usados para a selecção das províncias?

Encontramos um ponto comum nas respostas ao afirmarem, que sim, fez-se um estudo de mercado, porém, entre as 9 províncias seleccionadas apenas foi feito o estudo em 3 províncias (Luanda, Lunda Norte e Cunene); o critério de selecção das províncias-piloto foi em função da localização Geográfica das mesmas, obedecendo os pontos cardiais.

3-Foram criados/existe Gabinetes nas províncias piloto seleccionadas para o acompanhamento da implementação do programa?

Afirmam não existir um gabinete criado, porque a quando da concepção do projecto não constou a criação de gabinetes, justificando que, orientaram as direcções provinciais de educação, nas províncias seleccionadas a disponibilizarem um gabinete provisório.

4-Pedimos que explicassem sobre a sustentabilidade do Programa relativamente:

a)- Eficiência e potencial impacto nas províncias.

Quanto a este respeito salientaram que a ONUDI acrescentou valor por mobilizar recursos financeiros e técnicos, por facilitar a partilha de conhecimentos sobre empreendedorismo no sistema de ensino, por outra os apoios de Portugal, Coreia do Sul através da ONUDI não se

efectivaram para duas Províncias (Cunene e Huila), não permitindo o cumprimento de algumas metas.

b) A relevância do projecto em relação às prioridades e políticas do governo.

Com intuito de inculcar uma atitude positiva nos jovens em relação ao empreendedorismo, tem-se feito um esforço no sentido de desenvolver actividades para persuadir os jovens a criarem pequenos projectos, porém afirmam, ainda que de forma tímida tem-se verificado iniciativas por parte de alguns jovens; todavia há muito trabalho por desenvolver, visto que, no ano 2013 a parceria cessou com os patrocinadores, o Governo de Angola passou a financiar, tornando-se um programa autónomo.

c)- Eficiência do projecto em termos de produtos e resultados alcançados em comparação com o que foi planeado.

Em função da ausência de avaliações preferiram não adiantar sobre os resultados, porém afirmam que ainda há muito que se fazer, o certo é que até este ano (2016), o programa ainda não foi generalizado em todas as províncias conforme um dos objectivos, nas províncias piloto; também não foi implementado em todas as escolas como o planeado, que fosse generalizasse em todas as escolas até ao ano 2014.

d) - Eficiência da implementação do programa.

Quanto a qualidade dos custos, os valores pretendidos desde a concepção no projecto não foram conseguidos na íntegra, criando assim, constrangimentos nas actividades de coordenação e gestão do projecto.

Entrevista ao Coordenador Provincial Da Huila, onde incidiu a nossa investigação.

Pedimos que fizesse uma abordagem do estado da implementação do programa na Província da Huila, focando os seguintes aspectos: A) Impacto, eficiência, eficácia e relevância do programa. De forma sintética fez uma abordagem do estado actual, do impacto, eficiência, eficácia e relevância do programa no sistema de ensino na Província apontando alguns aspectos abaixo descritos:

Quanto ao impacto do programa aos alunos salientou que se verifica, embora de forma tímida, um certo despertar da cultura empreendedora fruto da implementação do programa. Continuou dizendo que, para além das formações, foram desenvolvidas outras actividades, nomeadamente: visitas a empresas, as janelas abertas, a cantina escolares assim como a

pessoas singulares, empreendedoras que exercem actividades em redor da escola; têm estado a ser realizados diferentes jogos de habilidades efectuados por equipas, com o objectivo de desenvolver o raciocínio lógico, facilitando a observação individual do poder de negociação com liderança e persuasão; A implementação da disciplina contribuiu para o reforço da intenção empreendedora dos alunos e professores; contribuiu para a aplicação das competências dos alunos no contexto comunitário e profissional, contribuiu para a sensibilização e o reforço dos conhecimentos sobre empreendedorismo das famílias dos alunos, reforçou o envolvimento das famílias na vida escolar dos seus filhos, melhorou as relações intra-familiares (incluindo relações afectivas). O mesmo aponta os seguintes constrangimentos: paralisação das aulas, por causa da greve (2014) dos professores e o envolvimento destes em acções de formação, tem estado a impossibilitar o cumprimento dos programas nas distintas escolas, a fraca colaboração do empresariado local tem estado a impossibilitar que algumas actividades programadas sejam cumpridas pelos professores e alunos, e a falta de transporte para apoiar os alunos para a realização das aulas de campo. Das 21 entrevistas feitas aos alunos do ensino secundário infere-se que, a maior parte não só considera que a disciplina de empreendedorismo desperta neles o espírito empreendedor, como também considera ser importante ter esta disciplina no currículo. Esta percepção é extensiva ao desejo manifestado por eles de criar um negócio ou prestar serviço no final do ensino secundário. Os mesmos mostraram-se divididos relativamente ao número de tempos lectivos da disciplina de empreendedorismo e, em relação a questão que se tivessem conhecido um primo, amigo ou vizinho, que criou um negócio ou uma empresa depois de ter no currículo a disciplina de empreendedorismo.

Tabela nº 3. 1- Resultados das Entrevistas

Nº	Sexo	Idade	Ano Escolar	Pergunta 1		Pergunta 2		Pergunta 3		Pergunta 4		Pergunta 5	
				Sim	Não								
1	M	12	7º	X			X	X		X		X	
2	M	13	//	X		X		X		X		X	
3	M	13	8º	X		X		X		X			X
4	F	15	//	X		X		X			X		X
5	M	14	9º	X		X		X		X			X
6	M	17	//	X		X		X		X			X
7	F	18	10º	X		X		X			X		X
8	F	19	//	X		X		X			X		X
9	M	19	//	X			X	X		X			X
10	M	20	//	X			X	X		X			X
11	M	25	//	X		X		X		X		X	
12	F	20	11º	X		X		X		X		X	
13	F	21	//	X			X	X		X			X
14	F	17	12º	X			X	X		X			X
15	F	20	//	X		X		X		X			X
16	F	22	//	X			X	X			X	X	
17	M	19	//	X			X	X		X		X	
18	M	19	//	X			X	X		X		X	
19	M	21	//	X		X		X		X		X	
20	M	22	//	X			X	X		X		X	
21	M	27	//	X			X	X		X		X	
TI				21	0	11	10	21	0	17	4	10	11

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As Conclusões da investigação feita tendo em conta a metodologia usada, apoiada nas técnicas documental e Bibliográfica, assim como nas Entrevistas, São as seguintes:

Apesar das conotações sobre a avaliação de políticas públicas, esse processo é um importante mecanismo de gestão, fornece informações e subsídios para tomada de decisão dos gestores, formuladores e implementadores de programas, possibilita conhecer o que está acontecer e actuar sobre os fatos de forma a realizar ajustes necessários, isto permite economizar tempo e recursos, o que eleva a credibilidade das acções públicas.

Da avaliação a política pública de Educação concretamente sobre a implementação do Programa de Empreendedorismo do Ensino Secundário em Angola, designadamente na Província da Huila, conclui-se que, existe ainda uma grande distância entre o desejado e o concretizado, situação confirmada não só pelas entrevistas aos responsáveis pela sua implementação, como pelas, entrevistas realizadas aos alunos, mas também, pelo inventário que se realizou, segundo o qual, das 163 escolas do Iº e IIº ciclos existentes na Província, apenas 16 foram contempladas, correspondendo 9,8%.

Tanto o Coordenar nacional da implementação do programa, (representante do INIDE), como o Provincial apontam que, o não cumprimento das metas deve-se a constrangimentos de várias ordens, isto é, a falta de recursos financeiros, a falta de pessoal qualificado para leccionar a disciplina de empreendedorismo nas escolas do Iº e IIº ciclos do ensino secundário, a falta de parceiros para financiar o projecto; e fundamentalmente a falta de alocação de *inputs* indispensáveis para implementação e generalização do programa a nível nacional. Em função da ausência de avaliações a nível interno, preferiram não adiantar sobre os resultados, porém afirmam que ainda há muito que se fazer, o certo é que até este ano (2016), o programa ainda não foi generalizado em todas as províncias, municípios, escolas- piloto, conforme um dos objectivos do projecto respectivamente. Todavia, através dos questionários aplicados aos alunos percebe-se, a importância da disciplina no currículo dos alunos, o que nos levou a concluir que, há necessidade de aumentar os tempos lectivos

nas escolas onde já foi implementado, bem como, implementar e generalizar em todas as províncias, municípios e escolas.

Portanto, é o início de uma jornada que pensamos ser relevante para o actual estágio em que o país se apresenta, onde a educação empreendedora poderá exercer um forte papel para tornar os novos negócios sustentáveis, contribuindo desta forma para a redução do desemprego e da pobreza.

FONTES

Documento de programação original e revisão subsequente.

Constituição da República de Angola de 2010 e de acordo com o artigo 46.º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/10,

Diário da República de Angola, 2010, pp.3402-3432).

Estratégia de generalização do programa de empreendedorismo, INIDE 20112.

Divulgação e sensibilização da generalização gradual e alargamento nas escolas piloto para 2014, INIDE, 2013

Relatórios intercalares disponíveis da ONUD e do INIDE 2009, 2010, 2011, 2012, e 2013

INIDE, *Programa de Empreendedorismo, 10ª, 11ª Classes*. Edição, (2013),

INIDE, *Programa de Empreendedorismo, 12ª Classes*. Edição, (2013),

Decreto nº90/04, DR. Nº 97, 1ª série de 3 de Dezembro; aprova o estatuto do subsistema do ensino técnico -profissional.

Decreto Presidencial nº 109/11, DR. Nº 98, 1ª série, de 26 de Maio; aprova o estatuto do subsistema de formação de professores.

Decreto Presidencial nº 16/11, DR. Nº 6, 1ª série, de 11 de Janeiro, aprova o estatuto do subsistema do ensino geral.

Decreto Presidencial nº 17/11, DR. Nº6, 1ªsérie, de 11 de Janeiro, aprova o estatuto do subsistema de educação de adultos.

Despacho nº214-A/10 – DR nº211/10 1ª Série de 5 de Novembro que aprova os programas da disciplina de empreendedorismo, título experimental, nos planos de estudo do ensino secundário, no período diurno, nas escolas seleccionadas a partir do ano de 2010

BIBLIOGRAFIA

- Andrade, Maria Margarida, (2009), *Introdução à Metodologia do trabalho Científico*, 9ª editora.
- Arretche, Marta T. S. publicado em: RICO, Elizabeth Melo (org.) (1998), "Avaliação de Políticas Sociais: Uma Questão em Debate". Tendências no estudo sobre avaliação. São Paulo, Cortez. P.75-84. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Marta/Arretche_1998.pdf
- Baby, Ambeke Ilonga, (2014), *Um retrato do empreendedorismo em Malanje- Angola, Análises de negócios criados entre, 2008-2012*. Dissertação de mestrado na Universidade do Minho.
- Bonat, Juliana Helena, (2011), "Avaliação de Políticas Públicas: uma revisão teórica". S. Paulo Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/33123/JULIANA%20HELENA%20BONAT.pdf?sequence>
- Capella, Claudia Niedhardt, et.al (2005), "Formação da agenda Governamental - Perspectivas Teóricas". *Revista Brasileira de políticas públicas*, Erazillian journal of public policy, IV (2), Jul-Dez.2014. Disponível em: <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/>
- Carneiro, Inês F. (2007), *A avaliação de políticas públicas no discurso político português (1926-2005)*, Tese de Mestrado em Política Comparada. Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Cavalcanti, Mônica Maria de Arruda: "avaliação de políticas públicas e programas governamentais - uma abordagem Conceitual" (sine anno). Disponível em: <http://www.socialiris.org/antigo/imagem/boletim/arq48975df171def.pdf>
- Diogo F. G. P, (2010), *Sociologia da Educação e Administração Escolar*. Plural Editores
- Fry, Ribeiro, (2008), "Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção". *Revista de administração pública*. Rio de Janeiro 42 (43): 529-50; Maio/Jun. Disponível em: www.scielo.org.br.
- Instituto Nacional de Investigação em Educação, (2008): Programa Empreendedorismo no currículo do ensino secundário, (2009-2013): *Programação do currículo e pilotagem*, versão final.
- Juan, Mozzicafreddo, et.al, (2003), "Ética e Administração: como modernizar os serviços públicos?" celta editora. Disponível em: http://www.uab.pt/documents/10136/9331762/guia_app.pdf
- Lopes, Mónica Catarina do Adro, (2013), "A avaliação de políticas públicas em Portugal: marcos de um desenvolvimento incipiente", IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES | "Coimbra C: Dialogar com os Tempos e os Lugares do (s) Mundo (s)" | 6-7 Dezembro FEUC, Coimbra
- Madureira, César, (2004), "Avaliar a escola para modernizar os sistemas de ensino no contexto da reforma administrativa". Edição Instituto Nacional de Administração. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/cog/v12n2/v12n2a02.pdf>
- Marconi, A. De Maria, Lakatos, M. Eva. (2009), *Metodologia do Trabalho Científico*, 7.ª Edição, Editora Atlas.
- Marques, Ana Isabel, (2012), *empreendedorismo e crescimento económico: o caso de Angola- 2012*. Dissertação de Mestrado em economia. Universidade do Minho.
- Marques, S. (2011), *empreendedorismo em Angola. Entre as ideias e acção*. Luanda, ed. Panzu Consulting Firm
- Martins, M. António, (1996), "Pluralismo sem consenso". *Revista de Filosofia de Coimbra*, (9), pp.053-074. Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/dfci/publicacoes/pluralismo_sem_consenso

- Mendes, Geisa do Socorro Calvacanti, et.al,(2013), Metodologia de Avaliação de Implementação de Programas e Políticas Públicas, ECCOS, Revista Científica, ISSN: 1517-1949, (3), p.p.93-111.
- Ministerio de Educação, (2010), *Educação para o Empreendedorismo: Guia para as Escolas dos ensinos Básico e secundário* INIDE-Angola.
- Nguluve, Kapitango, Alberto, (2006) *Política Educacional Angolana (1976-2005), Organização, Desenvolvimento e Perspectivas*. Dissertação de mestrado na faculdade de Educação S. Paulo.
- Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, (2014), *Avaliação Independente - Assistência Técnica aos Currículos de Empreendedorismo no Programa das Escolas Secundárias*. Viena.
- Organização Internacional do Trabalho (2001). *Relatório Final – Fórum Aluno Século XXI: Educação, Formação Profissional e Empregabilidade*. Brasil.
- Relatório Intercalar da ONUDI Abril 2013.
- Rodrigues, Maria de Lurdes, (2014), *Exercícios de Análise de Políticas Públicas*. 1ªedição.
- Rossete, Graça, (Sine anno) “A Lei da Tv a cabo pela otica da púlitica pública”. Disponível em: www.compolitica.org/home/?page_id=229&aid=317&sa=0.
- Santos, Daniel Gonçalves G. (2014), *A cibersegurança em Portugal: A acção política nacional em matéria de cibersegurança*. Disertação de Mestrado em políticas públicas, Instituto Universitario de Lisboa, ISCTE.
- Schurster, Karl, (2014), “Abordagens sobre a literatura de Avaliação em Políticas Públicas: estudos preliminares” (2), p. 09-18, jul.-dez. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/viewFile/1312/karlv7n2.pd>
- Souza, Andreliza Cristina Bebrandalise (2011): “avaliação de políticas públicas: fundamentos para o estudo da política de cotas da UEPG”. Universidade Estadual de Maringá.
- Souza, Celina, (2006), “Política Públicas”: *uma revisão a Literatura*. Disponível em: www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.
- Viana, Ana Luiza, (1996), “Abordagens metodológicas em políticas públicas”. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view>

ANEXOS



Departamento de ciência Política e Políticas Públicas

Guia de entrevista

Estimado entrevistado, esta entrevista faz parte da pesquisa que estamos a desenvolver no âmbito de Mestrado em Políticas Públicas, com o tema: **Avaliação sobre a Implementação do Programa de Empreendedorismo no Currículo do Ensino Secundário em Angola «Caso da Província da Huíla».**

Para o efeito, precisamos da sua prestimosa colaboração respondendo as seguintes questões:

Sexo _____ Instituição/Função _____

1-Como avalia o estado do programa de empreendedorismo implementado no currículo do ensino secundário em Angola em particular na Huíla?

2-A quanto da concepção do projecto fez-se um estudo de mercado, quais os critérios usados para a selecção dos Municípios piloto?

3-Que impacto tem tido o programa no público-alvo?

4- A relevância do projecto em relação às prioridades e políticas do governo foram atingidas?

5-Com intuito de inculcar uma atitude positiva nos jovens em relação ao empreendedorismo, tem se feito um esforço no sentido de desenvolver actividades para coagir os jovens a criarem pequenos projectos?

6- Como consta nos objectivos do programa a quanto da sua concepção em generalizar para as demais escolas que integram os Municípios piloto, Quais são os indicadores de sucesso e insucesso do projecto em termos de produtos e resultados alcançados em comparação com o que foi planeado.



Agradecemos a prestimosa colaboração

Departamento de ciência Política e Políticas Públicas

Questionário

Estimado aluno(a), esta entrevista faz parte da pesquisa que estamos a desenvolver no âmbito de Mestrado em Políticas Públicas, com o tema: **Avaliação sobre a Implementação do Programa de Empreendedorismo no Currículo do Ensino Secundário em Angola (2009 - 2014) «Caso da Província da Huíla».**

Para o efeito, precisamos da sua prestimosa colaboração assinalando com um (X)a opção preferida:

Sexo _____ Idade _____ Ano de Escolaridade _____

1. A disciplina de Empreendedorismo despertou em ti o espírito empreendedor?

Sim Não

2. Os tempos lectivos da disciplina de Empreendedorismo são suficientes para saber empreender?

Sim Não

3. Consideras importante a disciplina de Empreendedorismo no teu currículo?

Sim Não

4. Ao terminar o ensino secundário pensas em criar um negócio ou prestar serviços?

Sim Não

5. Tens um primo, amigo ou vizinho que, depois de ter no currículo do ensino secundário a disciplina de Empreendedorismo, tenha criado um negócio ou uma Empresa?

Sim Não

Agradecemos a prestimosa

CV

INFORMAÇÃO PESSOAL

Ekungu Marcelino Tchissingui Ekungu

 R Dr. Antonio Souto Lopes, nº12- 2ºDT, 1885-006 Lisboa (Portugal)

 00351923212590

 marcelinotchissingui1@gmail.com

POSTO DE TRABALHO A QUE SE CANDIDATA

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2008–Presente

Professor de Filosofia

Ministério de Educação, Huila- Lubango (Angola)

Professor de Filosofia do 2º ciclo do Ensino Secundário na Escola do Magistério Primário;

05/2014

2008

Eleições eleitoral

Huila-Lubango (Angola)

Presidente da Assembleia

2012

Eleições Eleital

Huila- Lubango (Angola)

Presidente da Assembleia

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

10/2014–Presente

Frequência do 2º ano do Mestrado em Políticas Públicas

ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

03/2009–30/10/2013

Licenciatura em Filosofia

Instituto Superior de Ciências de Educação da Huila-Lubango, Huila- Lubango (Angola)

Didáctica de Filosofia, Lógica Formal,, Gnoseologia, Ética,

Media final de 17 valores (0-20)

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Língua materna

Português/Umbundu

Outras línguas

COMPREENDER

FALAR

ESCREVER

	Compreensão oral	Leitura	Interação oral	Produção oral	
Inglês	A1	A1	A1	A1	A1
Curso basico de Lingua Inglesa, Dimatica- Lisboa (Outubro 2014 a Fevereiro de 2015 Conhecimentos de informatica na ótica do utilizador, em particular do Microsoft office (Word, Excel, Power point)					

Níveis: A1 e A2: Utilizador básico - B1 e B2: Utilizador independente - C1 e C2: Utilizador avançado
[Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas](#)

Competências de comunicação Capacidade de adaptação a ambientes multiculturais e capacidade de comunicação face as experiências de trabalho;

Competências de organização Boa capacidade de coordenação adquirida enquanto coordenador de Filosofia;
Boa capacidade organizacional adquirida enquanto membro da associação de liga dos amigos de filosofia;
Boa capacidade de liderança adquirida enquanto secretario da juventude do IDA;

Competências relacionadas com o trabalho Domínio de controlo e organização, adquiridas na associação da liga dos amigos de filosofia;

Competência digital

AUTOAVALIAÇÃO				
Processamento de informação	Comunicação	Criação de conteúdos	Segurança	Resolução de problemas
Utilizador básico	Utilizador básico	Utilizador básico	Utilizador básico	Utilizador básico

[Competências digitais - Grelha de auto-avaliação](#)

Outras competências Conhecimentos de Guitarra e teclado;
Prática de desporto (actividade ar livre)

Carta de Condução C